



PSICOLOGIA E RELAÇÕES RACIAIS

Um percurso em construção

Organizadoras(es):

Raquel da Silva Silveira

Liziane Guedes da Silva

Henrique Caetano Nardi

Luciana Rodrigues

Psicologia e Relações Raciais: Um Percurso em Construção

Organizadoras(es):

Raquel da Silva Silveira

Liziane Guedes da Silva

Henrique Caetano Nardi

Luciana Rodrigues



ABRAPSO EDITORA

Florianópolis
2020

NÚCLEO DE PRODUÇÃO EDITORIAL DA GRÁFICA DA UFRGS (NUPE)

Acompanhamento Editorial Michele Bandeira

Projeto Gráfico e Editoração Fernanda Chiodi de Castilho

Capa Fernanda Chiodi de Castilho

Fotografia Alisson Batista

Revisão Maximiliano Kunrath

APOIO

ABRAPSO Associação Brasileira de Psicologia Social

NEPAR/PSI Núcleo de Extensão e Pesquisa Antirracista da Psicologia

PROREXT Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Psicologia e relações raciais [livro eletrônico] : um percurso em construção /
organização Henrique Caetano Nardi ... [et al.]. -- 1. ed. -- Florianópolis, SC
: ABRAPSO Editora, 2020. PDF

Outros organizadores : Raquel da Silva Silveira, Liziane Guedes da Silva, Luciana
Rodrigues.

ISBN 978-65-88473-05-4

1. Etnicidade 2. Psicologia 3. Raças - Conceito crítico 4. Relações raciais
I. Silveira, Raquel da Silva. II. Silva, Liziane Guedes. III. Rodrigues, Luciana.

20-52790


CDD-150.1

Índices para catálogo sistemático:


1. Psicologia : Aspectos sociais 150.1

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129





**Entre Cartas:
Sobre Branquitude
e Epistemicídio
na Produção
de Conhecimento
em Psicologia**



*brancu mesmo
quando é homuns acadêmicus
odeia negro pesquisador*

(Lourenço Cardoso, "Pesquisador negro, objeto branco")

Fotografia: Alisson Batista

2

Entre Cartas: Sobre Branquitude e Epistemicídio na Produção de Conhecimento em Psicologia

*Luciana Rodrigues
Bruna Moraes Battistelli*

Que caminhos nos ajudam a pensar a produção de conhecimento em Psicologia, no contemporâneo, em nosso país? Como pensar esse campo sem considerar o tema da branquitude, do epistemicídio na produção de conhecimento em Psicologia? Essas são perguntas que nos movimentam e que têm movimentado outras(os) pesquisadoras(es) que se interrogam sobre nossas produções, a partir de uma perspectiva que busca não perder de vista a lógica colonial que ainda nos habita. Perguntas necessárias para fazer movimentar a Psicologia e o modo como historicamente (e hegemonicamente) temos produzido conhecimento. Aqui, nosso interesse é atentarmos para o quanto o campo da Psicologia também esteve (e, tantas vezes, ainda está) pactuado com operações de invisibilidade, de apagamento de certos corpos e conhecimentos. Corpos apagados da produção de conhecimento, corpos invisibilizados como sujeitos produtores de conhecimento, como nos mostra Sueli Carneiro (2011). Corpos negros que, durante a história do nosso país, foram relegados à violência, ao apagamento e à morte.

Mas não ousamos falar de epistemicídio sem, também, falar da branquitude entranhada na constituição do nosso país, das nossas relações, dos processos subjetivos que nos constituem. Se há mortes que come-

çam antes mesmo do tiro, é porque há uma política de branquitude que sustenta uma política de Estado racista que perpassa a história brasileira.

A branquitude é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivo, isto é, materiais palpáveis que colaboram para a construção social e a reprodução do preconceito racial, da discriminação racial “injusta” e do racismo. “Pesquisadora proeminente desse tema, Ruth Frankenberg define a branquitude como um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo [...]”. (Cardoso, 2010, p. 611).

Portanto, se a branquitude produz lugares de privilégio e sustenta lugares de subalternidade, como podemos seguir sem questionarmos nossa produção de conhecimento, formando profissionais e construindo intervenções e escutas qualificadas no campo da Psicologia, sem nos determos e analisarmos os efeitos de uma política de branqueamento e da lógica da branquitude, a qual facilmente pode figurar como horizonte de nossas práticas, como parâmetro daquilo que se espera em relação a modos de viver mais saudáveis, “normais”, e que conseqüentemente devem ser seguidos por todos? Pensar em epistemicídio e branquitude é discutir o quanto reproduzimos e produzimos práticas excludentes na Psicologia e como se torna possível a morte antes do tiro. É pensar em como produzimos apagamentos sistemáticos quando reafirmamos práticas que não abrem espaços para compor com elementos que diferem de um modo de produzir conhecimento já tradicionalmente instituído. As gírias são desqualificadas como meio de produção, a língua precisa ser a culta, há uma certa postura e um certo modo de agir e de falar.

Com o intuito de instigar o pensamento sobre nossas práticas de formação e de produção de conhecimento no campo da Psicologia, buscamos dialogar com autoras(es) como bell hooks, Gloria Anzaldúa, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez e Renato Noguera. Autoras(es) que situam a questão racial como central para pensarmos novas possibilidades de produção e encontro na academia. Como produzir o acolhimento de diferentes sujeitos e modos de existir? Como acolher diferentes modos de conceber a produção de conhecimento em um ambiente que prima pela formalidade da escrita? Sobre a produção de conhecimento, Philippe Artières (1998, p. 5) afirma que a Modernidade institui a ordem:

“Aqui só se entende aquilo que se escreve”, apoiando-se em Michel de Certeau para afirmar que na Modernidade a oralidade não trabalha para o progresso. Então, como pensar a produção de conhecimento de forma que coadune múltiplas maneiras de comunicação? Muitas perguntas, poucas respostas... Trabalhamos, assim, a partir das perguntas que nos acompanham e nos movimentam.

Nesse caminho, escolhemos produzir este texto em forma de diálogo, uma autora conversando com a outra, em uma troca de cartas. Cartas nos inspiram, pois são um convite ao diálogo, um convite para pensarmos tanto a linguagem com a qual podemos produzir conhecimento como a dimensão afetiva da produção de conhecimento (Battistelli, 2017). Portanto, um diálogo-convite ao pensamento e à reflexão.

Carta 1

Para Luciana

Oie! Tudo? Tava pensando em como escrever sobre branquitude e produção de conhecimento em Psicologia. Queria falar de privilégios! Sou uma mulher branca e queria te escrever sobre como nós (pessoas brancas) reafirmamos nossos privilégios sem conseguir produzir crítica. Ou sobre a ironia de facilmente ocuparmos o lugar de branco salvacionista. É muito difícil conseguir abrir mão dos privilégios raciais; um exercício que exige um trabalho diário e constante de vigilância de práticas de vida. Enfim, como sair do lugar “branco-centrado” que ocupamos, no qual eu tenho privilégios? Como realmente colocar a branquitude em questão e produzir uma prática antirracista?

Te encho de perguntas pois pensar meus privilégios é algo muito novo pra mim. Me deparei com eles quando me falaram de meritocracia pela primeira vez. “Tu merece estar onde está!”, me disseram. Eu levei um choque com isso. Tu nem tem ideia. Eu só queria dizer para a pessoa que eu estava ali (na academia) por uma série de investimentos feitos em mim. Professoras(es), chefes, meus pais investiram; e, principalmente, tive também o privilégio da brancura. Fui uma criança, adolescente e adulta pobre, e só trabalhando como psicóloga percebi algo que me passava: Sou uma mulher branca que foi

pobre; os investimentos eram diferentes dos de meus colegas negros na escola. No abrigo, as crianças se chocavam que eu era psicóloga e tinha uma mãe empregada doméstica. Ou que eu tinha a mesma idade da mãe delas e não tinha marido nem filhos. Elas, majoritariamente crianças negras, tinham uma mãe doméstica. Como eu tinha chegado tão longe? Essa era a questão que o assombro delas colocava.

Quem está nos lendo deve estar se perguntando quando vou começar a falar da Psicologia. Pois bem, já estou falando! A Psicologia foi construída pautada em um sujeito universal (branco, burguês, heterossexual...), acessada prioritariamente por brancos, estudada basicamente por brancos. Como pensar privilégios nesse ambiente costumeiramente branco quando o privilégio é basicamente esse: não precisar se racializar e não precisar pensar nos benefícios que isso ocasiona? E se ofender quando alguém (principalmente uma pessoa negra) questiona esses privilégios e o que dizemos sobre raça. É muito fácil se dizer antirracista! É muito fácil acusar o racismo alheio. Mas se reconhecer pactuando com o racismo, reproduzindo o racismo, é um exercício doloroso e muito difícil. Eu já passei por isso, quando me percebi pensando na “agressividade” de uma colega negra. Não era agressivo, era duro, pois dizia de anos de vivência de silenciamento e apagamento. Foi fácil cair no clichê de pensar a outra como agressiva, mas reconhecer a violência do meu pensamento levou um tempo. Lembro do texto recente da Grada Kilomba que li:

Desta forma, ao invés de fazer a usual pergunta moral: “Eu sou racista?” e esperar uma resposta confortável, o sujeito branco deveria perguntar-se: “Como eu posso dismantelar meu próprio racismo?” e então esta pergunta por si só já inicia este processo. (Kilomba, 2017, p. 180).

Um exercício ainda praticado por poucos. Eu tenho tentado mudar, pensar, melhorar, mudar a linguagem e tudo mais o que eu posso para poder fazer valer o que defendo academicamente e como modo de estar na vida. O racismo é um aprendizado; desaprender é um movimento dolorido, mas necessário. E, para tal, precisamos pensar a parte branca das relações étnico-raciais. Saiba que tu tem me ajudado muito.

Hoje, te escrevo esta carta de forma mais apressada. Prometo que na próxima te conto o que tenho lido e o que tem me movimentado. aguardo ansiosamente tua resposta.

Beijos,

Bruna

Carta 2

Bruna,

Sim! Pensar a herança colonial que nos marca e que continuamos a carregar faz sangrar nossas feridas. Historicamente, nossa academia — e, portanto, nossa produção de conhecimento no campo da Psicologia — se constituiu (e ainda se constitui, em termos hegemônicos) a partir de pesquisas e estudos que partem do lugar de um sujeito tradicionalmente considerado universal e neutro, mas que, no entanto, é bem específico e, por isso, localizável: um sujeito branco, ocidental, europeu, cis e, frequentemente, masculino. É desse lugar que se tem produzido conhecimento teórico e científico sobre o mundo — e, no caso de nosso campo de conhecimento, sobre o que é ser sujeito, sobre os processos subjetivos e, também, sobre adoecimento, promoção de saúde e assim por diante. Se pensarmos que a educação não é só intelectual, como já anunciou bell hooks (2019a), mas é, na medida em que nos reconhecemos como seres integrais, conhecimento “acerca de como viver no mundo” (p. 27), nossa formação não nos oferece apenas técnicas de intervenção.

Quantas vezes, ao longo de uma formação acadêmica, somos convidados a pensar sobre o efeito de quem lemos e com quem dialogamos para produzir conhecimento sobre as pessoas e as realidades com as quais trabalhamos? Quantos trabalhos fora do eixo europeu e americano estudamos ao longo de uma graduação em Psicologia? Quantas mulheres são colocadas como referências em nossas disciplinas? Certamente bem menos do que homens tradicionalmente estudados nesse campo, que desenvolveram suas proposições trabalhando com sujeitos e modos de vida possíveis em seus próprios contextos, ou seja, dos países europeus e da América do Norte. Se

autoras e autores fora desse eixo são pouco conhecidos (ou reconhecidos) em nossa academia, o que dizer sobre estudos e trabalhos realizados por autoras e autores negros?

Tu lembras quantos pensadores(as) negros(as) faziam parte da bibliografia curricular do teu curso durante a graduação? Imagino que não foram muitos... Eu me formei como psicóloga há pouco mais de uma década e a única referência de um autor negro que tive foi a do geógrafo Milton Santos. Não tive notícias nem de Neuza Santos Souza, psicanalista negra que tem grande importância na compreensão dos efeitos do racismo e do ideal da branquitude na constituição da população negra de nosso país. Quantos de nós no universo Psi já conhecemos ou lemos seu livro “Tornar-se Negro” (1983)? Uma grande psicanalista, com contribuição fundamental ao combate à discriminação racial, que eu só vim a conhecer e ler durante o doutorado — e não porque era parte das leituras que realizávamos na pós-graduação, mas por indicação de leitura de uma colega da equipe de trabalho de um projeto de extensão em que eu participava.

Outras leituras só pude encontrar pelo percurso um tanto solitário de alguns anos, nada simples, de minha vida em me reconhecer e me assumir como uma mulher negra que, advinda de uma família inter-racial, fala do seu lugar de experiência como mulher negra de pele clara. Por isso, sei que, por vezes, também ocupo lugares de privilégios pela minha passabilidade em um mundo constituído pelo ideal de branquitude. Tendo nascido e passado grande parte de minha vida em uma cidade de colonização alemã no interior do estado, cresci com outras crianças fazendo piada do meu cabelo; estudei com professora universitária me dizendo que eu não poderia trabalhar em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) justamente por causa do meu cabelo, no qual algum usuário poderia se agarrar e então não seria fácil de se soltar, além de ser questionada no espaço coletivo de um café durante uma semana acadêmica do curso se eu estava servindo (em meio a dezenas de estudantes que se apertavam para servir seu próprio café). Junto a isso, já ouvi, ao preencher o quesito raça/cor em uma ficha de cadastramento, que é claro que eu era branca. Ou ainda, depois do esforço de ter um filho com parto normal, ouvir a enfermeira me questionar sobre minha autodeclaração como mulher

negra, me dizendo que então ela ia colocar “parda” (como se isso fosse um favor). Experiências de um corpo constituído em um país marcado por uma política de branqueamento.

O fato de não lermos ou conhecermos pensadores e intelectuais negros(as) pode não parecer nada de mais, só uma questão de “escolha” de autores, diriam alguns, ainda mais tendo o campo Psi, como o conhecemos, suas origens no norte do mundo. Sueli Carneiro (2011) nos mostra como o que produzimos em nosso país é um epistemicídio não só da possibilidade de a população negra ascender no campo da intelectualidade, como, em última instância, é uma produção de morte do próprio sujeito negro. Grande parte dos docentes e colegas de profissão apenas recentemente (e isso nos últimos três, quatro anos) passaram a pautar, por exemplo, discussões ligadas às relações étnico-raciais, às especificidades dos processos subjetivos na constituição de pessoas negras. Considerando que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), 51% da população de nosso país é negra (ou seja, aquela que se autodeclara preta e parda), como podemos ignorar as implicações e os efeitos de profissionais e equipes de trabalho prioritariamente brancas trabalhando em serviços de saúde e assistência social que atendem principalmente usuários negros e negras?

Quantas violências são passíveis de reprodução quando transpomos intervenções de uma Psicologia baseada hegemonicamente no estudo de sujeitos brancos, com modos de vida bem específicos, para o trabalho com a população negra, brasileira e, em sua maioria, pobre? Pois se há um diagnóstico já consolidado sobre a realidade de nosso país é o de que aqui a pobreza tem cor e de que, sim, somos um país que constitui suas relações fundamentadas em um racismo estrutural. A violência constitui nossa nação, que se funda em uma violência colonial que segue massacrando os povos indígenas, em uma violência perpetrada pelo tráfico negreiro e pela escravização que, como nos fala o sociólogo Jessé Souza, segue com roupagens atualizadas². Me vem à lembrança uma frase da Donna Haraway (1995), “com o sangue

² Souza, J. (2018). *Que País É Esse? Com Jessé de Souza* [Entrevista por Quem Somos Nós?]. Recuperado de <https://quemsomosnos.com.br/convidado/jesse-de-souza>

de quem foram feitos os meus olhos?”. Olhos que hoje querem ver outras coisas, aprender a ver de outro modo para ver outras coisas. A visão é sempre mediada, diz ela — pelo olho, pelos instrumentos que nos possibilitam ver. Assim, para poder ver outras coisas, precisamos da ajuda de outros olhares. Então, peço a outros interlocutores, sobretudo interlocutores negros e negras, que nos ajudem a olhar. E, em nosso contexto racista, essa “troca de olhares” só é possível se a gente conseguir reconhecer que carregamos uma herança ensanguentada. E isso não é fácil. Dói — o que me faz lembrar da Macabéa, personagem nordestina de Clarice Lispector (1998, p. 62) quando diz: “Eu me dão o tempo todo”. Dói reconhecer essa nossa herança que hoje nos faz sermos cúmplices, entre outras tantas violências, daqueles 80 tiros e de milhões de outros que, a todos os anos, contribuem para engordar os números que constituem o genocídio da população negra brasileira. Tiros que fazem sangrar corpos jovens e olhos de mães negras, como nos conta Conceição Evaristo:

Quando Dolores Feliciano falava dos filhos, os olhos dela vertiam sangue. Ela sempre falava deles com a voz entrecortada de sangue também. E foi olhando nos olhos marejados de sangue de Dolores que entendi a expressão “lágrimas de sangue”, no dia em que ela me falou, pela primeira vez dos três:

Os três meninos são os meus guris. Não estão aqui agora, mas a qualquer hora chegarão, pois vão e voltam sempre. Por isso conservo a arrumação, embora muitos digam para eu desfazer tudo. Não vou desrespeitar os pertences de meus meninos. (Evaristo, 2017a, p. 46).

Mas, diferente de como aconteceu com Macabéa, não quero pedir uma aspirina para passar essa dor. Quero que ela me ajude a encontrar outros olhares possíveis, outros modos de posicionamento que nos levam a transformar nossas relações. Como se movimentar nesse território? É preciso apostar em novas epistemologias que nos ajudem a colocar outras palavras em circulação... e a sustentar práticas antirracistas em ação.

Beijos,
Luciana

Carta 3

Toni Morrison (1992) usa a expressão “dessemelhança” para descrever a “branquitude” como uma identidade dependente, que existe através da exploração do “Outro”, uma identidade relacional construída por brancos(as), definindo eles(as) mesmos(as) como racialmente diferentes dos “Outros”. Isto é, a Negritude serve como forma primária de alteridade, pela qual a branquitude é construída. O “Outro” não é outro per se; ele/ela torna-se tal através de um processo de absoluta negação. (Kilomba, 2017, p. 175).

Oi, Lu,

Pois então, desde que te escrevi, fiquei pensando em como escrever e no que te escrever. Fiquei de contar o que tenho estudado, com quem tenho andado, quem tem me ajudado a olhar. bell hooks, Renato Nogueira e Gloria Anzaldúa, entre outras e outros, são pessoas que têm me ajudado. Sueli Carneiro é minha nova diva, junto com Conceição Evaristo. Vou te dizer o que tenho aprendido com elas e eles e como fazer uso de suas obras para a minha produção acadêmica, pois, diferente delas(es), sou uma mulher branca, e preciso sempre colocar em análise meus privilégios e o modo como referencio essas(es) autora(es). Meu medo é me apropriar e ser leviana com eles e com o que eles têm a me ensinar. Tenho pensado sobre produção de conhecimento e feminino, e sobre como me deslocar do que já está instituído na Psicologia. Já ouvi questões do tipo “a Conceição Evaristo é o nosso Walter Benjamin”. Não tenho como dimensionar o quanto de racismo e machismo há nessa frase. Quantas vezes já ouvi e li textos que citam uma frase de uma/um autora/autor negra(o) como se tivessem fazendo um favor. Sem falar em uma série de modismos aos quais as pessoas brancas (como eu) aderem sem muita crítica.

Mas eu quero voltar a questões que tu pontuou. Eu vivi e ainda vivo uma Psicologia predominantemente branca e com dificuldades em se pensar. Tu perguntou quantas autoras(es) negras(os) eu li na graduação. Adivinha? Nenhum. Não há como defender essa falha, nem justificar. Há um apagamento sistemático e pouco discutido quanto à produção de conhecimento que não seja branca. Uma questão de validação que se conforma no cotidiano; parece que é preciso sempre um

autor branco e europeu para corroborar o que se produz. Não quero, de forma alguma, produzir um movimento de negação do uso de autores(as) estadunidenses e/ou europeus(eias), apenas salientar que fazemos escolhas, e que essas consolidam uma forma de olhar, escutar, sentir.

Renato Nogueira (2012), em seu artigo “Denegrindo a Educação: Um Ensaio Filosófico para uma Pedagogia da Pluriversalidade”, afirma que precisamos pactuar uma prática pluriversalista, ou seja, uma prática que entende e acolhe múltiplas perspectivas e outras origens. Ele cita a filosofia e o fato de haver provas de toda uma produção filosófica anterior à Grécia, mas tal conhecimento ser negado em nome de uma produção que centra no país europeu o nascimento da filosofia. Nessa produção, há algo que diz da negação do pensamento e criação dos povos africanos. Algo que perdura até nossos dias.

Uma pergunta que tu me fez acho importante citar aqui: “Quantas vezes, ao longo de uma formação acadêmica, somos convidados a pensar quem lemos e com quem dialogamos para produzir conhecimento sobre as pessoas e as realidades com as quais trabalhamos?” Não precisamos abandonar autoras(es) estrangeiras(os) ou autoras(es) brancas(os). Precisamos pensar quem são, de onde partem, com quem dialogam, com que problemas se importam. E, mais importante, precisamos situar a realidade com a qual trabalhamos e na qual vivemos. Essa foi uma das questões na minha graduação. Vinha de um lugar muito diferente do que o da maioria dos meus colegas e professores. Eu não conhecia autores da filosofia e da literatura que eram citados. Nunca tinha ouvido falar de Nietzsche ou Dostoiévski. Mal conhecia filosofia, para ser honesta. Em todas as aulas eu saía com uma lista de nomes de pessoas que eu precisava procurar no *Google*. E o pior, eu tinha vergonha de perguntar em aula sobre eles. E, por não saber deles, minha participação em aula era sempre inferior à dos colegas. Assim, situar nossa realidade é entender a realidade dos estudantes e compor com a mesma. Quem nos lê pode achar que estou dizendo que é para procurar textos mais “acessíveis” ou não falar de nomes como os que citei. Muito pelo contrário! O que estou dizendo é que precisamos saber onde pisamos, com quem falamos e qual a relação possível dos autores que trabalhamos com a realidade

em que iremos intervir e em que vivemos. E, principalmente, quais as limitações dos mesmos para resolver nossos problemas.

No artigo que citei do Renato Noguera (2012), ele afirma que o desafio “está na busca de equidade de perspectivas culturais” (p. 62). Ele diz que a educação não pode ser pautada pelo ensino de um modelo único, monorracional, mas por um exercício polirracional; uma defesa e um reconhecimento de todas as perspectivas. Para a Psicologia como produtora de conhecimento, o ponto de vista é sempre branco. É recente o movimento de pensarmos com outras(os) autoras(es) que saiam do paradigma da branquitude e que precisam ser pensados para além das limitações que a branquitude nos coloca. O autor refere que “a pluriversalidade filosófica aqui defendida concebe a educação como um exercício policêntrico, perspectivista, intercultural que busca um polidialógo considerando todas as particularidades” (Noguera, 2012, p. 65). Fico pensando no quanto temos que aprender com Renato para conseguir esse movimento na formação em Psicologia. Não sei se te contei, mas ano passado, na turma em que fiz o estágio docente, utilizamos esse texto do Renato. Alguns alunos, ao final da aula, vieram me procurar e dizer que naquele momento eles tinham entendido o que significa descolonizar algo. Descolonizar não pode ser uma palavra de ordem, usada com pouco cuidado. Isso diz das nossas limitações quanto à produção acadêmica, enquanto produtoras de um espaço como o que Renato sugere.

Tu pergunta: “Quantas violências são passíveis de reprodução quando transpomos intervenções de uma Psicologia baseada hegemonicamente no estudo de sujeitos brancos, com modos de vida bem específicos, para o trabalho com a população negra, brasileira e, frequentemente, pobre?” Isso complementa uma outra pergunta que tomo de bell hooks (2017): Como escutar sem ser violento? Como aprofundar e ser propositivo quanto a essas questões? Uma pista é pensarmos nos “casos” e situações que ofertamos para as(os) alunas(os). O que lemos com elas/eles? Como lemos os casos? Um exercício “simples”: Escutar as(os) alunas(os) em sala de aula, de forma não violenta, poderia ensinar a elas/eles o exercício da escuta sem violência. Uma escuta *perspectivada*, conhecedora dos privilégios daquele que escuta, aberta a ouvir aquilo que difere, implicada com a

construção de um território existencial de aprendizagem possível. Se queremos que as(os) futuras(os) psicólogas(os) tenham práticas que não reproduzam violências, precisamos exercitar isso com eles no ambiente acadêmico. Isso requer do corpo docente e seus aprendizes (graduandas[os], mestrandas[os] e doutorandas[os]) um exercício intensivo e radical de colocar os privilégios raciais em questão para constituir uma escuta que realmente acolha.

Preciso pontuar uma coisa: Falo de privilégios raciais pois a grande maioria desses que citei (corpo docente e pós-graduandas[os]) são pessoas brancas. Pessoas acostumadas a não ter que se preocupar e se questionar quanto ao tema da raça. E não basta apenas se dizer branco ou reconhecer que tem privilégios, mas conseguir abrir mão desses mesmos privilégios. Confesso que não é fácil; por vezes me vejo escorregando em práticas racistas e silenciadoras. É um estar sempre em alerta com o que produzimos. Recordo Grada Kilomba (2017). A pergunta que uma pessoa branca como eu deve se fazer não é se ela é racista, mas como ela pode dismantelar seu próprio racismo. E isso é um exercício necessário de implicação, de se colocar em análise. É fácil? Não. É rápido? Muito menos. Mas para podermos pensar minimamente em práticas antirracistas, esse movimento é necessário. Me lembro do artigo que estou lendo do Lourenço Cardoso (2010), aquele que te indiquei. Ele diz que não basta a pessoa branca ser contra o racismo em suas relações privadas e pessoais, é preciso confrontar as situações que se dão no coletivo e se posicionar publicamente, e que isso é o mínimo que se pode fazer.

Então, para a Psicologia, não basta lermos mais autoras(es) negras(os). É preciso pensar como estamos lendo estas(es), como nos apropriamos do que elas/eles nos ensinam e como conseguimos ler a nossa realidade e a realidade das(os) alunas(os). Como escutamos uma/um aluna(o) negra(o) que nos diz que estamos sendo racistas? Ou que nos diz que não conseguimos ver os privilégios de nossa branquitude? Recentemente fiz uma aula com o escritor moçambicano Pedro Lopes Pereira e ele a todo momento nos questionava quanto a que África esperávamos que ele nos contasse em seus livros. Ele diz que as pessoas fora do continente africano querem que os autores falem de uma África essencializada por um modelo de colonização. Enfim,

ele nos convocou a pensar em como colonizamos o outro a partir do que imaginamos e esperamos dele.

Vou me despedindo por aqui. Tenho a impressão de que tenho que te falar mais coisas. Devo te contar como bell hooks e Gloria Anzaldúa têm me ajudado a pensar. Nesta carta fiquei um pouco mais com o Renato. Mas, para não me alongar muito, espero tua próxima carta e seguimos conversando. Tenho que te dizer o quanto tenho aprendido contigo e com tuas andanças pela sala de aula. Teu modo de ocupar a função professora tem me ensinado sobre como pensar nossos privilégios é um exercício diário e contínuo, como a professora precisa estar ciente de seu corpo e como os afetos permeiam a sala de aula. Não posso prometer quando virá uma próxima carta, sempre ficam coisas pelo caminho...

Forte abraço,

Bruna

Carta 4

Bruna,

Os caminhos da tua carta me fazem divagar sobre como esse exercício de pensarmos nossa formação exige nossa própria transformação. Isso em um processo que precisa ser constante. Exige que olhemos para nossas heranças assentadas na violência colonial e escravocrata. Exige que, para além do fato de que devemos reconhecer essas lógicas em nós, possamos, como Angela Davis nos ensina, assumir práticas antirracistas. Então, é preciso continuar a movimentar nossas formas de produzir conhecimento. E, do lugar de onde falo — como professora e pesquisadora em Psicologia Social —, pensar a produção de conhecimento me confere, ao mesmo tempo, a responsabilidade de repensar o modo como me coloco em sala de aula. Nesse sentido, bell hooks é uma grande inspiração para mim. Ela é minha nova diva. Nem tão nova, se pensar que ela já me acompanha há algum tempo. Posso dizer que, para mim, ela seguirá sempre sendo uma inspiração! bell hooks (2019a) e o exercício da docência me fazem não esquecer de manter presente a interrogação sobre como a professora que busco

ser pode contribuir para a produção de uma sala de aula pautada na educação como prática de liberdade. Ela nos convida a compreender a convivência em aula como um espaço comunitário no qual compartilhamos nosso tempo, parte de nossas vidas, nossos aprendizados e experiências; espaço no qual crescemos juntos como seres humanos integrais, não apenas aprendendo um novo conteúdo ou adquirindo novas informações. E esse espaço só é possível se todos nós, alunas(os) e professoras(es), apostarmos e construirmos ele dessa forma. Mas, com certeza, o lugar de professora, do qual falo, carrega consigo uma diferença nessa construção, pois falo de outro lugar. Nesse sentido, é fundamental que nós, professores, possamos constantemente nos repensarmos em sala de aula.

Isso, em um primeiro momento, pode parecer uma proposta um tanto quanto romantizada, mas não nos enganemos! Não é disso que se trata. A sala de aula, na perspectiva da qual nos fala bell hooks, é espaço comum de convivência e compartilhamento de experiências, mas também espaço onde conflitos e discordâncias ganham espaço para serem falados e escutados. E como apostar em outra formação, em outros exercícios no campo da educação, se nós mesmos, nos espaços que ocupamos (nas escolas, nas universidades), não nos sentimos (pois diversas vezes não somos) acolhidos? Quantas vezes paramos para pensar em como acolhemos um estudante negro ou indígena? Isso envolve pensar em como acolhemos outros modos de conhecimento, outras linguagens, outros modos de viver e, tantas vezes, de sobreviver. Envolve, como tu trazes em tua carta, reconhecer e abrir espaços para que outros saberes tenham visibilidade e possam falar por si mesmos. Como possibilitar que a sala de aula se constitua como uma experiência de convivência que tenha como fio condutor o acolhimento, a escuta, o respeito e o cuidado se, por vezes, esquecemos até que somos um corpo, com suas emoções e afetos, e não um intelecto que entra na universidade? Como se propor a pensar com outras epistemologias, se em nossas práticas cotidianas em sala de aula continuamos a legitimar apenas as mesmas linguagens, os mesmos modos de aprendizagem, os mesmos saberes?

Há décadas Lélia Gonzalez nos mostrava como descolonizar nosso pensamento, como originalmente pensar nossa própria realidade a

partir do conceito de Amefricanidade (1988), como cavar buracos no padrão da linguagem acadêmica com o seu Pretuguês (1984). E ainda hoje muitos de nós que habitam o mundo acadêmico das ciências humanas nunca leram um de seus escritos. Lélia, mulher, negra, ativista, filósofa, historiadora, fundadora do Movimento Negro Unificado, o que justifica não a conhecermos se não o racismo estrutural deste país e o epistemicídio que o sustenta? Por que se torna mais fácil nos aproximarmos de uma autora negra ou um autor negro quando essa ou esse fala na mesma linguagem, no mesmo tom que narra a produção de conhecimento branca ocidental, ou seja, quando dialoga com os mesmos autores europeus e americanos que já conhecemos? Por que não apostarmos, citando apenas alguns nomes possíveis, em leituras como as de Lélia, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Abdias Nascimento para pensarmos a nós mesmos e em como nos tornamos o que somos? Para pensarmos de outros modos, para escutarmos de outros modos que nos permitam ouvir outras histórias e seguir narrando-as em suas multiplicidades. É esse o convite de Chimamanda Adichie quando nos alerta — olhos, ouvidos, corpo — para “o perigo da história única” (TED, 2009). É em contraponto à história única dos negros e, sobretudo, das mulheres negras de nosso país que Conceição Evaristo forja suas escrevivências que, como ela nos fala, não devem ser lidas “como ‘canções para ninar os da casa grande’, mas sim para incomodá-los em seus sonhos injustos” (Evaristo, 2017b, parágrafo 18).

Enfim, como iniciei dizendo, esse exercício de pensarmos nossa formação exige nossa própria transformação nesse processo que se faz constante. Isso me lembra de uma carta que recebi de um aluno da disciplina de Psicologia Social I, que atualmente ministro (uma das avaliações era escrever uma “Carta endereçada à Psicologia Social”). Aceitando o convite ao exercício do pensamento, esse aluno usou em sua carta o caminhar como metáfora de nosso percurso formativo. Ao questionar que, em nossas andanças, talvez não cheguemos a lugar nenhum, ele compartilha o movimento de seu pensamento mencionando que talvez não seja uma questão de se ter um final, mas de nunca pararmos de chegar a outros e novos lugares. Pois é, se a vida é movimento, como podemos parar de chegar? Um porto é sempre

ponto de chegada e de partida. Como canta o bom e velho Milton: “O trem que chega é o mesmo trem da partida.” E nós estamos em percurso. Cada chegada nos abre para novas partidas.

É bonito isso, não achas? Não que essa movimentação toda seja simples e fácil. É preciso coragem para aceitarmos o movimento, para enfrentarmos o que somos na busca por outros modos de vir a ser, de conviver. Para nós, negros e negras, isso não é uma simples escolha, é uma questão de vivência e, frequentemente, sobrevivência. Olhar para nós mesmos e para as lógicas que constituem nossa sociedade (da qual somos efeitos e produtores) é duro porque nos coloca como sujeitos implicados nela. No entanto, como brasileiras(os), reconhecer nossas heranças de sangue e dor e nossas práticas que, na atualidade, sustentam a manutenção do racismo se faz imperativo para que possamos apostar em outros modos de estarmos em relação. Outros modos de convivências que não se estabeleçam idealizando brancos e inferiorizando negros, sejam nas sutis, sejam nas escancaradas manifestações racistas de cada dia, mas que se pautem em modos mais acolhedores, escutadores e respeitosos que possam, efetivamente, encarnar uma política antirracista. Precisamos ir além de uma política de reconhecimento, e isso precisa estar presente nas práticas cotidianas da sala de aula e das nossas ações de pesquisar, de intervir, de ensinar e aprender. Como poetiza Ondjaki (2011, p. 5):

a aprendizagem é a palavra que, ela sim, ramifica e desramifica uma pessoa; ela enlaça, abraça; mastiga um alguém cusbindo-o a si mesmo, tudo para novas gêneses pessoais. estas palavras são, elas sim, para pessoas que se autorizam constantes aprendicismos. modos. maneiras. viveres. até sangues. aprender não é repressoar-se?

Beijos,
Luciana

Uma carta a quatro mãos

Minhas decisões sobre o estilo de redação, o fato de não usar os formatos acadêmicos convencionais, são decisões políticas motivadas pelo desejo de incluir, de alcançar leitores. (hooks, 2017, p. 99).

Cara(o) leitora/leitor,

Encerramos este capítulo com bell hooks, que tem nos acompanhado neste exercício de pensamento. Um exercício de pensamento em dupla. Autoras com distintos lugares de fala e de privilégio. Uma é psicóloga e doutoranda e a outra, professora do curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escrever nunca é tarefa simples, e escrever em um país como o Brasil é um privilégio. Muitas(os) ainda não são alfabetizadas(os) e o acesso à educação superior ainda é para poucas(os). O espaço acadêmico, território em disputa, é demonizado em nossa nova (velha) conjuntura política que se instaurou em nosso presente. É com essa interrogação que decidimos ocupar esse espaço: Como produzimos conhecimento em Psicologia? Que decisões políticas nos acompanham?

Escolher as cartas como forma de escrita diz de nossa aposta no diálogo, na conversa; um dispositivo potente que se estabelece no entre, no encontro de pessoas, autores, livros, referências. Escrevemos como uma espécie de convite de interlocução para que você siga tecendo seus próprios diálogos: conosco, com outros interlocutores, com quem quiser apostar na potência das palavras em instaurar, reivindicar, em fazer circular outras práticas e relações possíveis, outros modos de produzir conhecimento e escrita acadêmica, como nos ensinou Lélia Gonzalez. Por isso tudo, fazemos uma decisão política pelo diálogo.

Nessa direção, questões permanecem em aberto: A branquitude que assola a produção de conhecimento em Psicologia precisa ser discutida de maneira mais sistemática. E não basta ser reconhecida como parte fundante do processo de produção de conhecimento. Como operar para além do que está arraigado/instituído? Outro ponto importante diz respeito à sala de aula (como a última carta propõe). Uma abertura para a escuta de múltiplas experiências e de outras

referências epistemológicas só é possível se pensarmos os privilégios que construíram o espaço da sala de aula — e os privilégios que constroem a nossa escuta no campo Psi como ferramenta de intervenção.

O que temos aprendido sobre estar em sala de aula? Que esse espaço precisa ser considerado como espaço em produção, precisa ser ocupado pelos afetos e por professores conscientes de seu corpo e do impacto deste nos estudantes. Que a escuta precisa ser pensada e discutida. Quanta violência pode estar contida em nosso modo de escutar? Como olhamos a nós mesmos e ao outro? Como narramos os sujeitos e as histórias em nossas pesquisas e textos? Qual a nossa real abertura para a diferença?

E o que isso tem a ver com o que estamos discutimos? Tudo! Pensar uma produção de conhecimento que respeite os diferentes modos pelos quais ele é produzido e as diferentes epistemologias é construir um espaço de acolhimento para os corpos, para as diferenças. Construir um espaço de acolhimento não é simples, pois olhar e trabalhar o racismo de cada um ainda é um exercício utópico. Ainda há um longo caminho para a população branca brasileira conseguir assumir seus racismos e ser propositiva na erradicação do mesmo. Se temos avançado em relação ao exercício de práticas antirracistas, como nos fala bell hooks (2019b, p. 54), ainda precisamos explicar a “diferença entre sentimentos preconceituosos (que as pessoas negras e brancas têm em relação umas às outras, assim como outros grupos) e a dominação supremacista branca institucionalizada”.

No campo da Psicologia (e da Psicologia Social, onde nos situamos), ainda estudamos autoras(es) negras(os) de forma incipiente. A impressão é que as(os) estudamos, mas não as(os) escutamos efetivamente. Quando Lélia Gonzalez e bell hooks propuseram a escrita com línguas contra-hegemônicas, correram o risco de ter sua produção deslegitimada ou colocada no lugar de exótica. “São feministas”, dirão alguns. “É preciso filosofia de verdade”, dirão outros. Mas o que não dizem é que estamos pactuadas(os) em uma lógica epistêmica que não supõe conhecimento para fora do círculo das pessoas brancas — prioritariamente homens, europeus e/ou americanos. É duro o que dizemos? Sim! É mentira? Não...

Retornemos ao que foi dito anteriormente. A sala de aula é espaço comum de convivência e compartilhamento de experiências, mas também espaço onde os conflitos e as discordâncias ganham espaço para serem falados e escutados. Apostando em outras epistemologias possíveis, outros saberes e outras formas de produzi-los, em algum momento, os conflitos que irão emergir estarão ligados às questões raciais e aos lugares forjados por um sistema de “dominação de supremacia branca” (hooks, 2019b). É preciso acolher o conflito, entender o que ele diz sobre nosso contemporâneo e nossa realidade. É preciso acolher a voz que fala firme e que se posiciona (quando lembramos que principalmente mulheres negras facilmente são tratadas como agressivas quando se posicionam). Quando um homem branco é enfático, ele é congratulado. Ele é considerado como inteligente, astuto. Quando uma mulher negra é enfática, ela é considerada como agressiva, como violenta. Que práticas sustentam essa diferença? Quantas mulheres negras seguem sendo colocadas nesse lugar por pessoas brancas que se intitulam antirracistas? Como comenta bell hooks (2019a, p. 17), infelizmente, muitas vezes ainda olhamos para seus “atos de fala como performances de poder, quando poderiam mais adequada e simplesmente ser um reflexo de valores culturais diferentes”.

Diferenças permeiam nossas salas de aula e transpassam nossa produção de conhecimento. Precisamos continuar abrindo espaços para pensarmos que academia desejamos produzir em meio ao que está instituído. É preciso apostar no diálogo com autores que nos auxiliem a pensar nossa realidade, os efeitos de nossas heranças, tanto as que desencadearam a dor e a violência como as que nos ensinam luta e resistência. Precisamos trabalhar na produção de novas narrativas que nos afastem dos perigos da história única, que reproduz estereótipos, adequando corpos diversos, singulares, a elementos universalizados — como alerta Chimamanda Adichie (TED, 2009) — que continuam a amarrar mulheres e homens negros a lugares subalternos. É preciso rachar estruturas, criar brechas, caminhos, como fez Lélia Gonzalez, entre outras mulheres negras. Maria Paula Meneses (2008) nos ajuda a seguir nessa direção quando diz que o problema não é se o subalterno pode falar. Ela diz que este sempre falou, o problema é que

não escutam. A escuta da multiplicidade é algo simples de ser dito, mas não de ser executado. Um trabalho exaustivo e perseverante, que não pode ser de responsabilidade de pessoas negras, já que o racismo não foi criado por elas. Apenas salientar que fazemos escolhas e que essas consolidam uma forma de olhar, escutar, sentir não é suficiente. Como construímos outras escolhas? Como construímos espaços de acolhimento? Perguntas que se repetem devido à dureza da realidade política que vivemos enquanto escrevemos estas cartas-capítulo-de-livro. Que possamos nos inspirar na escrita de bell hooks que, como diz Mariléna de Almeida,

tomando a política como campo de ação, toda a escrita da autora sugere que a coragem não está apenas em denunciar o outro, mas igualmente na capacidade de realizarmos uma dobra sobre nós mesmas, a fim de avaliarmos de que forma reproduzimos aquilo que estamos denunciando (Almeida, 2019, p. 13).

Por fim, aproxima-se nosso momento de despedida. Como terminar uma carta-encerramento-de-capítulo? Coisas ficaram por falar, assuntos ficaram por aprofundar... Não há um texto ideal, não há “O” texto, pois não há uma carta-modelo a seguir, não na proposta com a qual nos comprometemos. Escrevemos aquilo que em nós urge. Nossa aposta é que, além de falar sobre branquitude, racismo e produção de conhecimento, precisamos somar forças, operar transformações na escrita de forma a movimentar as produções da academia, como já fazem diversos coletivos, como já fizeram outras e outros antes de nós. Nunca são grandes movimentos, de mudanças repentinas. São pequenos gestos, atitudes e práticas do nosso fazer cotidiano que vão produzindo diferenças. Produzir espaços de acolhimento, desarticlar a violência que pode estar contida em nossa escuta, aumentar a complexidade das narrativas que colocamos em circulação, problematizar a sala de aula são algumas de nossas apostas.

A você que está nos lendo, lançamos, ainda, um outro convite: Não olhe os pequenos gestos como algo menor. A micropolítica exige um esforço, um exercício constante, e nesse exercício se faz necessário e urgente pensar como acolhemos diferentes experiências na produção de conhecimento. Não tratamos aqui da autoridade da experiên-

cia (que violenta o diferente), mas do acolhimento daquilo que nos passa, daquilo que é atravessado por marcadores raciais, de gênero, de sexualidade, de classe e de idade. O saber que advém da experiência, forjado como parte do saber acadêmico, é nosso interesse.

Abraços!

Luciana e Bruna

Referências

- Almeida, M. (2019). Prefácio à edição brasileira. In b. hooks, *Erguer a voz: Pensar como feminista, pensar como negra* (pp. 9-14). São Paulo: Elefante.
- Artières, P. (1998). Arquivar a própria vida. *Revista Estudos Históricos*, 11(21), 9-34.
- Battistelli, B. M. (2017). *Carta-grafias: Entre cuidado, pesquisa e acolhimento* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Recuperado de <https://www.lume.ufrgs.br>
- Cardoso, L. (2010). Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 8(1), 607-630.
- Carneiro, S. (2011). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro.
- Evaristo, C. (2017a). *Histórias de leves enganos e parencças*. Rio de Janeiro: Malê Editora.
- Evaristo, C. (2017b, 13 de maio). Conceição Evaristo: "Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio" [Entrevista concedida à Djamila Ribeiro]. *Carta Capital*. Recuperado de <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-201cnossa-fala-estilhaca-a-mascara-do-silencio201d>
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 7-41.
- hooks, b. (2017). *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- hooks, b. (2019a). *Erguer a voz: Pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante.
- hooks, b. (2019b). *Olhares negros: Raça e representação*. São Paulo: Elefante.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: Autor.
- Kilomba, G. (2017). A máscara. *Piseagrama*, 11, 171-180.

- Lispector, C. (1998). *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Meneses, M. P. G. (2008). Mulheres insubmissas? Mudanças e conflitos no norte de Moçambique. *Ex Aequo*, 17, 71-87.
- Nogueira, R. (2012). Denegrindo a educação. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*, 18, 62-73.
- Ondjaki. (2011). *Há prendisajens com o xão (o segredo húmido da lesma & outras descoisas)*. Rio de Janeiro: Pallas.
- TED (Produtor). (2009). *Chimamanda Adichie: O perigo de uma única história* [video]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=Dglhs241zeg>